

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecil Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO V

EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL

Alexsandra dos Santos Oliveira

EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL

Alexsandra dos Santos Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Universidade Federal do Espírito Santo/UFES

Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES

RESUMO: Este artigo visa, apresentar parte do percurso de um trabalho de conclusão de curso realizado na Especialização em Gestão e Docência na EaD, na modalidade a distância, UFSC, que passou por analisar: como se configura a formação continuada a distância de gestores escolares, a partir do programa nacional escola de gestores? As justificativas passaram pela experiência da autora em ter atuado como gestora de uma escola pública na rede municipal de ensino de Cariacica/ES e participado da especialização gestão escolar, inserida no Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. Os objetivos passaram por analisar a experiência de realização do programa nacional escola de gestores, em três estados da federação (Paraná, Goiás e Acre). Metodologicamente, trabalhou-se com uma revisão bibliográfica. Autores como Saviani (2009) e Aguiar (2011), ajudaram a compreender os apontamentos da política educacional, assim como o desenvolvimento do PDE e do PNE (2011-2020). As considerações indicam um campo de tensão na formação dos gestores escolares entre o “tempo” de dedicação aos estudos, a construção dos trabalhos de conclusão de curso e a evasão na modalidade de ensino a distância.

PALAVRAS-CHAVE: EaD. Programa Nacional Escola de Gestores. Experiência. Política Educacional. Formação de gestores escolares.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o número crescente de oferta e matrículas de cursos, em diferentes níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) no contexto da Educação a Distância, torna-se imprescindível compreender como este fenômeno se configura a partir da legislação e das políticas educacionais vigentes.

A formação dos gestores escolares será dialogada a partir da estrutura do programa nacional escola de gestores, MEC Portaria nº 145 de 11 de fevereiro de 2009. O programa atende a princípios de formação e da EaD amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB: artigo 63 (inciso III), o art. 80 (caput) e o art. 87 (inciso III), buscando interfaces entre os aspectos teóricos e práticos da gestão escolar.

As justificativas para a escolha do tema pautaram-se na importância da temática frente aos objetivos da especialização em Gestão e Docência na EaD (UFSC), concluída no ano de 2014 e na experiência da autora em ter no período de 2007 à 2011, atuado como gestora de uma escola pública na rede municipal de

ensino de Cariacica/ES, espaço-tempo que paralelamente, no ano de 2012, concluiu a Especialização em Gestão Escolar, inserida no Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (MEC/SEB). A experiência não deixou de ser marcada pelo interesse acadêmico da autora, permitindo simultaneamente aprofundar os estudos no doutorado em Educação, UFES, concluído no ano de 2016 com a tese intitulada: Experiência, escuta e diálogo: uma descrição compreensiva hermenêutica na constituição do ser-gestor-escolar.

Os objetivos passaram por analisar o programa nacional escola de gestores a partir da experiência de implantação em três estados da federação (Acre, Goiás e Paraná).

O artigo apresentará os marcos legais da política de EaD, que configuram a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em nosso país, buscando compreender os princípios da organização e da estrutura dessa modalidade de ensino frente a formação de profissionais da educação básica, gestores escolares.

Na sequência, o Programa Nacional Escola de Gestores será contextualizado a partir da experiência de realização de três estados da federação: Paraná por meio de Souza e Teixeira (2010); Acre por meio de Damasceno, Melo e Souza (2013) e Goiás por meio de Elias e Alves (2010). Esses autores contribuem para a discussão de pontos e contrapontos do programa em nosso país.

Ao final, o artigo contextualizará apontamentos da política educacional a partir da contribuição de autores como Saviani (2009) e Aguiar, (2010), assim como interpretação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) em relação a formação dos profissionais da educação básica e da modalidade de EaD. Contemplando assim os objetivos desta produção.

2. A LEGISLAÇÃO PARA COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA EAD

Para este momento, será possível descrever a Educação a Distância (EaD) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da legislação que ampara e organiza a estrutura desta modalidade de ensino em nosso país. Caminho que contextualiza as políticas de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica.

Inicialmente, torna-se importante destacar o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e com o Plano Nacional de Educação (PNE), cria a UAB com o objetivo de expandir a oferta de cursos e programas no ensino superior e na modalidade a distância. O decreto assegura que os objetivos sócio-educacionais, embasados no regime de colaboração entre União e outros entes federados, garantam o crescimento e a qualidade do ensino superior, principalmente da formação de profissionais da educação básica em nosso país.

O segundo marco legislativo, poderá ser apontado mediante a Resolução FNDE/44, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes do Sistema UAB,

seus participantes e suas competências. A resolução orienta as regras para a concessão de bolsas (valores, movimentação bancária, financiamento, entre outros), descreve as obrigações dos professores, formadores, supervisores e tutores dos cursos e programas contemplados, além de fiscalizar e acompanhar a movimentação dos recursos financeiros transmitidos pelo FNDE.

Em relação às diretrizes do Sistema UAB, a Resolução assegura:

Art. 3º. O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, visando à melhoria da qualidade da educação básica, por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada para docentes, obedecendo às seguintes diretrizes:

- I. oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II. oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV. ampliar o acesso à educação superior pública;
- V. reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI. estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII. fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 4º. São integrantes do Sistema UAB:

I - O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Educação Superior (SESu), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – responsáveis pela articulação e gestão do Sistema UAB – que terão as seguintes competências.

O destaque para o exposto, pode ser para extinção da Secretaria de Educação a Distância (SEED) em janeiro de 2011, ação que implicou na vinculação dos programas e ações oferecidos pela SEED à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Secretaria que conforme informações vinculadas ao *site* do MEC possui o objetivo de articular as políticas educacionais nas áreas de: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, escola indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. Atitude que abre brechas para questionamentos.

De acordo com Saviani (2009, p.17), as ações da UAB e da nova CAPES, afirmam a importância da criação da UAB enquanto política educacional preocupada com a formação de profissionais da educação básica (professores, gestores e funcionários). Ação legitimada por parcerias com as Universidades públicas e com os estados e municípios da federação, visando à consolidação de metas e apoio financeiro.

O terceiro marco legal que poderá ser apontado neste diálogo, será a

Resolução CD/FNDE nº 24, de 04 de junho de 2008, onde emerge a definição de critérios e procedimentos que asseguram a participação das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) no Sistema UAB: formação de professores, técnicos, tutores e gestores das IPES, envolvidos nos cursos e Programas ofertados. De acordo com a resolução, será possível prever a execução de ações complementares para o Sistema UAB como:

Art. 7º Visando a capacitação dos gestores das instituições habilitadas para oferta de cursos no âmbito do Sistema UAB, a CAPES selecionará projetos para apoio financeiro às IPES com experiência na oferta de educação na modalidade de EAD, as quais realizarão as seguintes atividades:

I – Capacitar professores para a gestão em educação a distância;

II – Proporcionar informações que permitam a detecção de eventuais erros e sinalize alternativas concretas de ação que gerem incremento da eficiência e da eficácia no processo de capacitação, por meio de avaliação e acompanhamento dos professores em capacitação;

III - Tornar disponíveis conteúdos, metodologias, materiais e práticas pedagógicas relativas à capacitação de gestores em educação a distância.

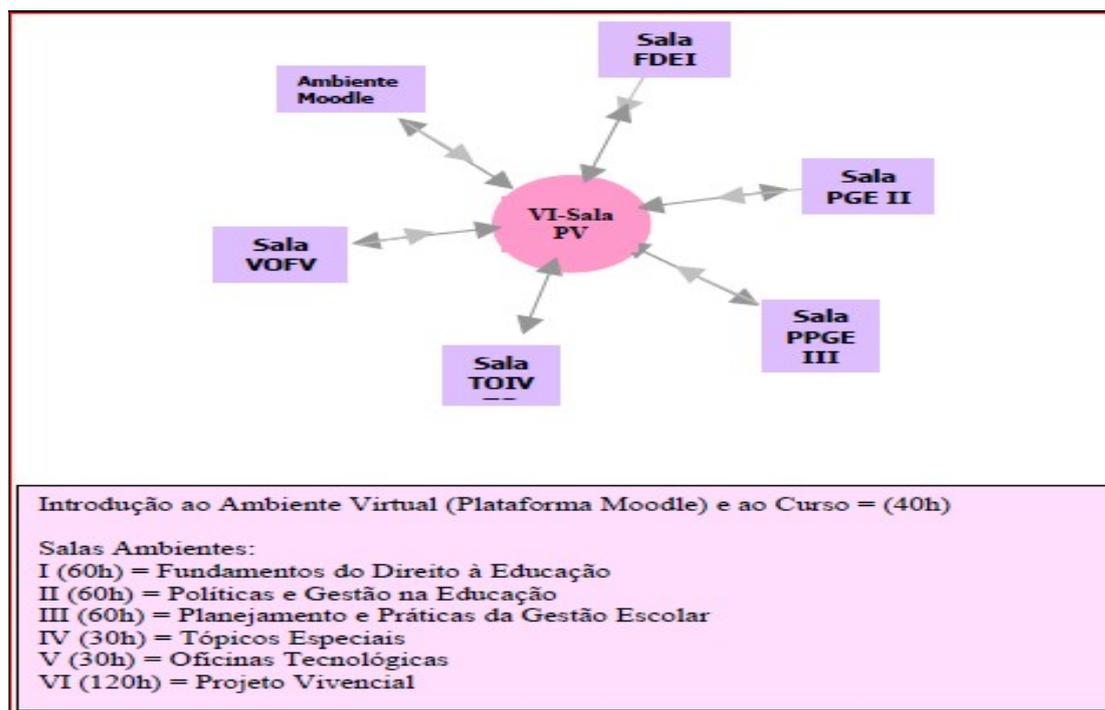
Outro marco legal que configura a EaD e UAB e ao mesmo tempo nos ajuda a compreender a configuração política da EaD e de seu envolvimento com a formação de profissionais da educação básica, é a Resolução nº 49, de 10 de setembro de 2009, que **dispõe sobre** o financiamento das instituições de ensino participantes do Sistema UAB. Esta resolução revoga a Resolução CD/FNDE N° 24 do dia 04 de julho de 2008 e inclui as Secretarias do MEC e da CAPES – como gestoras das ações do Sistema UAB, além, do FNDE e das IPES.

Após descrevermos a legislação educacional frente à criação e organização da UAB/EaD, como uma maneira de melhor contextualizarmos a formação de profissionais que atuam no espaço da escola pública brasileira, apontamos a necessidade de compreendermos a categoria formação continuada de gestores escolares, programa nacional escola de gestores, pelo prisma da política educacional e da experiência de três estados da federação.

3. EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: DIFERENTES EXPERIÊNCIAS

Em 2006, o programa nacional escola de gestores passou por reformulações, dentre elas, a de assumir as características de um curso de especialização, com carga horária de 400h, pós-graduação *lato sensu*, em gestão escolar, sob a responsabilidade acadêmica das universidades federais. Atendendo a uma proposta curricular, a especialização foi configurada e estruturada a partir da plataforma *Moodle*, dividida em seis salas-ambientes interligadas a três eixos centrais da especialização.

Figura1. Estrutura Curricular do Curso



Fonte: (BRASIL,2007, p.17)

O Componente curricular, chamada de projeto vivencial com a maior carga horária da especialização (120h), foi criado com o objetivo de culminar na elaboração de um projeto de intervenção, envolvendo etapas como “[...] *fundamentação teórica, sensibilização e mobilização da comunidade, diagnóstico da escola, planejamento, implementação e avaliação do projeto* [...]” (BRASIL, 2007, p. 15).

A nova versão do programa (2006), considerou como público alvo da especialização, diretores e vice-diretores de escolas públicas brasileiras que apresentavam no período baixo IDEB.

Nesta perspectiva, o trabalho de conclusão de curso, buscou descrever alguns apontamentos do programa destacados por autores como: Souza e Teixeira (2010); Damasceno, Melo e Souza (2013) e Elias e Alves (2010). Os autores contribuíram para a discussão de pontos e contrapontos da formação de gestores escolares na EaD.

A primeira pesquisa, realizada por Souza e Teixeira (2010), relato da experiência do Paraná em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), visou analisar, por meio de questionário e documentos, se os objetivos da especialização foram realmente alcançados.

Na avaliação dos gestores/cursistas do estado do Paraná, o componente curricular “oficina de tecnologias”, foi o melhor avaliado, ressaltando a importância do curso em valorizar conteúdos que estão ligados à prática dos gestores/cursistas. O componente curricular “projeto vivencial”, apareceu como um dos menos relevantes. Sendo ele o componente curricular que estabelecia vínculo entre o

projeto de intervenção e a construção dos TCCs, envolvendo “[...] *fundamentação teórica, diagnóstico da escola, planejamento, implementação e avaliação de projeto* [...]” (BRASIL, 2007, p. 15).

Em relação à qualidade dos TCCs, Souza e Teixeira (2010) indicaram que 46,8 % dos cursistas alegaram falta de “tempo” para o desenvolvimento do curso. Dado que superou inclusive, as dificuldades com o uso da plataforma, 32,8%, esclareceram os autores. Os autores consideraram também que a proposta da especialização não conseguiu dar conta de formar gestores pesquisadores.

O componente curricular projeto vivencial, contemplava a relação entre gestão e pesquisa, que na análise dos autores, apontava para uma incompreensão dos gestores/cursistas, a respeito da proposta. A exemplo dos TCCs, que elegeram o tema gestão democrática, avaliados como “*insipiente*”, tendo em vista que os gestores/cursistas apresentaram preocupação em encontrarem “*receitas*” para a consolidação da gestão democrática nas escolas públicas do estado. Os TCCs apresentaram basicamente “[...] *as dificuldades para a sua implementação* [...]” (SOUZA; TEIXEIRA, 2010, p.5).

A segunda pesquisa, realizada por Damasceno, Melo e Souza (2013), relato da experiência do Programa no Estado do Acre, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC), visou por meio da análise de documentos, depoimento dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem *moodle* e questionário, intitulado “*Avaliação de Reação*”, avaliar a efetividade do curso e o seu papel na formação.

A partir dos dados da experiência do Acre, foi possível identificar questões recorrentes à experiência do estado do Paraná, a exemplo das evidências que indicaram o fator “tempo”, como uma das dificuldades dos cursistas em corresponderem academicamente à proposta do programa.

O “tempo” apareceu na proposta da especialização como condição essencial para o sucesso da formação. Porém, as condições de trabalho *versus* condições de estudo (acessos à plataforma *Moodle*, leituras, comentários, postagem de atividades, intervenção na escola e a construção de um TCC) tornaram-se incompatíveis com o cotidiano do gestor escolar, segundo as autoras.

Na experiência do Acre, o “tempo” de dedicação aos estudos segundo a proposta curricular do curso foi substituído pelo tempo dedicado à família e às atividades do cargo. A primeira incompatibilidade na administração do “tempo” foi anunciada por 70% dos gestores/cursistas deste estado, como estando relacionada à família.

Outro destaque na experiência do Acre, foi o perfil dos gestores/cursistas ao se relacionarem com a plataforma *Moodle*, Damasceno, Melo e Souza (2013) destacaram que 18% dos cursistas, eram gestores de escolas no meio rural e apresentaram ao longo do curso, dificuldades para frequentarem o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Na avaliação, 44% disseram que os acessos à plataforma ao longo do curso foram “regular”, “ruim” e “péssimo”. As autoras relataram que nem todos os cursistas possuíam acesso à internet, deslocando-se nos finais de semana a *lan houses*.

A terceira pesquisa, retratada por Elias e Alves (2010), apresentou a

experiência do programa nacional escola de gestores no estado de Goiás, em parceria com a Universidade de Goiás (UFG). A pesquisa visou avaliar os títulos dos trabalhos de conclusão de curso dos gestores que participaram da especialização, além de apresentar informações em relação ao perfil da equipe de profissionais responsáveis pela oferta da especialização.

Os autores, conforme apresentado na experiência do programa no estado do Paraná, também apresentaram preocupação com a construção dos TCCs, avaliados por pouca ou nenhuma ênfase, em temas como: política educacional, saúde na escola, avaliação institucional e uso das tecnologias.

Os dados demonstraram uma grande preocupação dos cursistas/gestores com o pedagógico das escolas no estado de Goiás, algo que na análise das autoras, dificilmente são trabalhados diretamente pelos gestores/cursistas na gestão da escola: “[...] *dificuldade de aprendizagem, processo de ensino-aprendizagem, leitura e escrita, dificuldade em matemática* [...]” (ELIAS; ALVES, 2010).

Outro destaque apresentado por essa experiência, foi a composição da equipe de profissionais formadores que atuaram na especialização, composta por: a) coordenação geral e vice-coordenação; b) um professor-coordenador para cada componente curricular ministrado (incluindo o professor coordenador do componente curricular de projeto vivencial e c) um professor para cada um dos dez polos, ministrando os componentes curriculares diretamente em contato com os gestores/cursistas. Além de dois assistentes que auxiliavam os professores, e um profissional encarregado do suporte técnico da plataforma *Moodle*.

A pesquisa não trouxe informações em relação à formação da equipe e suas experiências técnico-pedagógicas, mas esclareceu que assim como apresentado na experiência do Acre, os profissionais da equipe formadora também passaram pelo curso de introdução ao ambiente *Moodle* e funcionamento do Curso.

Ao traçar um paralelo entre as três experiências aqui comentadas, foi possível destacar a evasão no programa como ponto comum, conforme dados abaixo.

Tabela 1. Panorama da evasão do Programa Nacional Escola de Gestores nos três Estados pesquisados.

PARANÁ		ACRE		GOIAS	
Inscritos	Formados	Inscritos	Formados	Inscritos	Formados
367	99 ¹	417	162	400	247

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com Comarella (2009), que investigou a evasão em cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância pela UFSC, os resultados apresentam informações que nos ajudam a compreender alguns dos contrapontos dessa modalidade de ensino

¹ Neste caso, 33 (9%) dos cursistas, concluíram o curso apenas em relação às disciplinas, não entregando o TCC, e por isso receberam a certificação de atualização de 360h.

[...] A evasão é um fenômeno complexo que atinge as instituições de ensino independente da modalidade, causando desperdícios de recursos econômicos, sociais e humanos. Na EaD percebe-se que há uma evasão maior nos primeiros meses do curso, quando o estudante ainda está se adaptando a esta modalidade de ensino (COMARELLA, 2009, p.78-79).

Importante salientar que os dados apresentados contribuem com apontamentos que devem ser avaliados e pesquisados além das fronteiras dos estados contemplados por este artigo, no que tange analisar a configuração da evasão do programa nacional escola de gestores.

Os resultados descritos das experiências dos três estados aqui apresentadas, subsidiaram os objetivos deste artigo, indicando questões de ordem acadêmica, política, pedagógica e administrativa na gestão do Programa Escola Nacional de Gestores e da EaD. A seguir encaminhamentos das políticas em relação ao programa.

4. APONTAMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

Contextualizar o programa nacional escola de gestores da educação básica e a EaD, nos aproxima das ações desenvolvidas pelo PDE. Política que surge em 2007, como o desenvolvimento do plano setorial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estando suas ações indicadas por cada Ministério. Espaço que o MEC assegura a formação de gestores escolares, como pré-requisito da participação dos estados e municípios no Plano.

Na concepção de autores como Saviani (2009), o plano foi assentado em dois pilares: técnico e financeiro, voltados para a melhoria da qualidade do ensino, assim como o fortalecimento e a autonomia da gestão escolar, envolvendo apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento do Plano e à gestão de cada unidade de ensino, quando interligada à implantação do “PDE Escola”.

O plano foi apoiado por Comunidades Acadêmicas na formulação de programas e projetos educacionais. De acordo com Aguiar (2010), a elaboração do programa nacional escola de gestores em nível nacional contou também com a participação, colaboração e articulação de instituições e órgãos da sociedade civil como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa Educacional (ANPED), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Seguindo a perspectiva de contextualizar o programa nacional escola de gestores e as políticas educacionais, torna-se importante fazer referências ao Plano Nacional de Educação – PNE, como processo de democratização e gestão da escola pública.

O plano tem data de validade e no fim será preciso fazer um balanço para

saber o que deu certo e o que é preciso ser melhorado. O novo PNE começou a ser debatido no ano de 2010, ano da I Conferência Nacional de Educação (CONAE). Constituído por metas e estratégias, visa a garantir dentre as metas 15,16,17, 18 e 19, a formação e valorização do magistério.

Ao que tange as metas e estratégias para a formação e para a UAB, foi possível encontrar ao longo do texto a preocupação com o aumento de matrículas na pós-graduação (*stricto sensu*). Como estratégia para este fim, no item 14.4, aponta a expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando-se de metodologias e recursos da UAB. Já na meta 16, foi possível encontrar expectativas para formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Algo que apresenta uma forte vinculação entre a EaD e a formação de profissionais da educação básica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências mostraram particularidades em relação à execução do programa em cada estado. Para este artigo, isso indica uma abertura de formações mais contextualizadas, de acordo com a realidade e autonomia de cada estado e/ou universidade quando o assunto é o programa nacional escola de gestores.

No percurso da construção do trabalho, identificou-se também os limites da relação gestor escolar *versus* pesquisador. Duas das experiências apresentadas, mostraram que existem tensões em relação à construção de uma análise crítica e acadêmica do conhecimento por parte dos gestores/cursistas. Indicando a necessidade de adaptações na proposta curricular do curso, conforme indicado por Gomes, Santos e Melo (2009) ao retratarem na experiência do estado de Pernambuco a necessidade da especialização aprofundar aspectos práticos da pesquisa, assim como seus paradigmas (métodos, abordagens, classificações, coleta de dados e análise de dados).

As experiências indicaram na avaliação dos gestores/cursistas, os obstáculos que inviabilizaram o processo de formação. Dentre eles, a ausência de um melhor aproveitamento acadêmico do curso tendo em vista a falta de “tempo” para se dedicarem às atividades. Para Comarela (2009), o fator “tempo” é um dos principais indicadores para as causas de evasão em cursos oferecidos na modalidade a distância. Os dados indicam que há um campo de tensão entre o que propõe o discurso oficial do programa escola de gestores e o vivido pelos gestores em seu cotidiano.

Vale ressaltar também, a necessidade de apontamentos e diálogos que evidenciem a gestão e o gestor escolar de maneira mais qualitativa em pesquisas voltadas a estudar a gestão escolar e a gestão em EaD. Enfatizando as experiências dos sujeitos envolvidos no processo: o que pensam da política educacional, da formação, da escola e da sua gestão, abertura à complexidade do cargo de gestor. Sentidos atribuídos às considerações desta pesquisa e evidenciados em trabalhos como Oliveira (2016).

Sendo assim, foi apresentado ao leitor alguns parâmetros legais, políticos e formativos em relação ao programa nacional escola de gestores escolares, especialização ofertada na modalidade a distância em todo território nacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR. Márcia Angela da S.A política nacional de formação docente, o Programa Escola de Gestores e o trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 161-172, 2010. Editora UFPR.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>. Acesso em 18 de Nov. de 2013

BRASIL. **Lei 9.324 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em janeiro de 2014.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escgest/es_diretr.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2013.

BRASIL. MEC/SED. Escola de Gestores da Educação Básica. **Projeto curso de especialização em gestão escolar (lato Sensu)**. Brasília:2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12337:escola-de-gestores-da-educacao-basica-apresentacao&catid=300:escola-de-gestores-da-educacao-basica&Itemid=693. Acesso em 20 de novembro de 2013.

BRASIL. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **Conselho Deliberativo**. Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Resolução FNDE/44, de 29 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>. Acesso em 18 de Nov. de 2013

BRASIL. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **Conselho Deliberativo**. Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Resolução nº 49, de 10 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72:resolucao-no-49-de-10-de-setembro-de-2009&catid=15:resolucoes&Itemid=47. Acesso em 18 de Nov. de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação a Distância**. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: MEC-SEED, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Disciplina o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública**. Portaria nº 145 de 11 de fevereiro de 2009. Disponível em http://www.lex.com.br/doc_1723653_PORTARIA_N_145_DE_11_DE_FEVEREIRO_DE_2009.aspx. Acesso em 25 de abril de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**. PL n. 8.035 /2010. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010b.

BRASIL. Ministério Da Educação - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação - **Conselho Deliberativo**. Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado à CAPES e à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, nos exercícios de 2008/2009.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 24, de 04 de junho de 2008. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70:resolucao-cdfnde-no-24-040608-resolucao&catid=15:resolucoes&Itemid=47. Acesso em 18 de Nov. de 2013

COMARELLA, Rafaela Lunardi. **Educação Superior a Distância: evasão discente**. Florianópolis, 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, Florianópolis – SC.

DAMASCENO, Ednacelí Abreu. MELO, Lúcia de Fátima. SOUZA, Maria do Socorro Neri Medeiros de. **Política de formação continuada de gestores da educação básica no estado do acre: reflexões sobre a efetividade**. CD. VII Encontro Rede Estrado

GOMES, Alfredo Macedo. SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. MELO, Darci Barbosa Lira de. Escola de gestores: política de formação em gestão escolar. **RBP AE** – v.25, n.2, p. 263-281, mai./ago. 2009

SAVIANI, Dermeval. PDE. **Plano de desenvolvimento da educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Cortez: Autores Associados, 2009.

_____, Dermeval. **Plano de desenvolvimento da educação: Análise crítica do projeto do MEC**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 05/02/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. TEIXEIRA, Marilza Aparecida Pereira. O programa escola de gestores: análise da experiência no estado do Paraná. EducereetEducare – **Revista de Educação** n - ISSN: 1981-4712 (eletrônica) – 1809-5208 (impressa). Vol. 5 – Nº 10 – 2º Semestre de 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare>. Acessado em 15 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Alexsandra dos Santos Oliveira. **Experiência, escuta e diálogo**: uma descrição compreensiva-hermenêutica na constituição do ser gestor escolar. 2016. Tese (Doutorado em Educação: Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2016.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darluceaq@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleia.ufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493